



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

21/09/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Transferência de pagamento de perícias médicas aos segurados do INSS é criticada em debate

O Projeto de Lei 3.914/2020, que transfere para os segurados o ônus do pagamento dos custos das perícias médicas em ações contra o INSS sofreu críticas nesta segunda-feira (20) pelo Senado. A matéria é de autoria do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) e foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 17 de agosto. No Senado, o texto seria enviado diretamente a Plenário, com relatório a ser apresentado pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS). Antes, porém, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento para a sessão de debate temático, a fim de aprofundar a discussão.

Atualmente, a obrigação de custear as perícias de quem possui gratuidade da Justiça é do próprio tribunal em que o processo tramita. Em 2019, a Lei 13.876 deu ao Poder Executivo a missão de custear essa perícia nos processos de benefício por incapacidade durante dois anos. Como a norma foi publicada em 23 de setembro de 2019, o prazo termina na próxima quinta-feira (23). A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) sugeriu que o governo apresente uma medida provisória a fim de que esse limite seja estendido pelo menos até dezembro, a fim de que os senadores consigam se alinhar. Para ela, não se pode “continuar esmagando quem gera riqueza, que é o trabalhador”.

Saiba mais em: [CNTI](#), terça-feira 20 de setembro.

Aposentados do INSS receberão R\$ 1,4 bilhão em atrasados

A Justiça Federal liberou um novo lote com atrasados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para aposentados, pensionistas e outros segurados que venceram ações e tiveram o pagamento autorizado no mês de agosto de 2021.

Após receber a verba do CJF, o tribunal leva, em média, sete dias para concluir a liberação dos pagamentos. Na etapa de processamento dos valores, o tribunal abre uma conta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Após a conclusão do processamento, é possível consultar, no site do tribunal, em qual banco o dinheiro foi liberado.

Para consultar os detalhes sobre o seu atrasado, o beneficiário deve acessar o site www.trf3.jus.br. Na página inicial, é preciso ir em “Requisições de pagamentos”, do lado direito da tela. Depois, é só clicar em “Consultas por OAB, Processo de origem, Ofício Requisatório de origem ou Número de protocolo” e ir em “Enviar”. Na tela seguinte, informe os dados solicitados e clique em “Pesquisar”.

Para receber neste lote, é preciso que o atrasado tenha uma data referente ao mês de agosto de 2021. No campo “Procedimento”, deve estar escrito RPV. Se aparecer PRC, significa que a dívida supera 60 salários mínimos e é um precatório.

Saiba mais em: agora.folha.uol.com.br, terça-feira 20 de setembro.

45% tem dívidas ou faturas atrasadas; cartão de crédito e conta de luz lideram inadimplência

Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro mostra que 45% dos brasileiros têm atualmente alguma dívida ou conta atrasada. Os outros 55% estão com essas obrigações em dia.

O cartão é historicamente a modalidade de crédito bancário com maior nível de inadimplência. Já a conta de energia elétrica subiu 21% nos 12 meses encerrados em agosto, mais que o dobro do índice de inflação ao consumidor (IPCA), em quase 10%. Em grande parte, por conta do acionamento de usinas termelétricas, que são mais caras, para compensar a falta de geração hidrelétrica provocada pelo baixo nível dos reservatórios do país.

Saiba mais em: [Folha de São Paulo](#), terça-feira 20 de setembro.

Consumo de carne diminuiu para 2 em cada 3 pessoas, mostra Datafolha

Pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro mostra que 85% dos brasileiros reduziram o consumo de algum item alimentício desde o início do ano, com destaque para carne de boi, refrigerantes e sucos e laticínios. No sentido contrário, cresceu o consumo de ovo como proteína substituta.

De acordo com o levantamento, 67% cortaram o consumo de carne vermelha; 51% o de refrigerantes e sucos e 46% o de leite, queijo e iogurte. Pão francês, pão de forma e outros pães aparecem com 41% de redução.

Outros itens básicos, como arroz, feijão e macarrão, estão sendo menos consumidos por 34%, 36% e 38% da população, respectivamente.

Por faixa de renda, os percentuais são altos mesmo nas famílias com renda acima de dez salários mínimos: 67% relatam ter cortado algum desses produtos. Na faixa até dois salários, são 88%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de setembro.

Mais de 70% consideram que governo tem responsabilidade por inflação e desemprego

Praticamente sete em cada dez brasileiros consideram que o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem muita ou um pouco de responsabilidade pela alta da inflação e o desemprego no país, segundo pesquisa Datafolha realizada de 13 a 15 de setembro.

Em agosto, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou a maior taxa para o mês (0,87%) em 21 anos e chegou a 9,68% no acumulado de 12 meses.

O desemprego estava em 14,1% no segundo trimestre deste ano, acima do registrado no mesmo período de 2020 (13,3%). O país tem 14,4 milhões de desempregados.

Para 41% dos entrevistados, o governo Bolsonaro tem muita responsabilidade pela inflação. Para 34%, um pouco de responsabilidade. Outros 23% isentam a atual gestão pelo problema.

Evangélicos, grupo no qual Bolsonaro tem percentual maior de aprovação ao governo, somam 77%, mas com percentual mais alto dos que apontam um pouco de responsabilidade (41%) do que a média.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de setembro.

Aumento do IOF reduz chances de recuperação da economia, alerta Dieese

De acordo com o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, o aumento do IOF encarece o crédito e, conseqüentemente, jogando um “balde de água fria” nas perspectivas já frágeis de recuperação da economia.

“Estamos vendo uma recuperação gradativa, muito aquém do esperado. E para que haja essa recuperação, é preciso ter crédito. Mas o crédito está cada vez mais caro, tanto pelos sucessivos aumentos na taxa básica de juros (a Selic), como, agora, com o aumento do IOF”, disse Fausto em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual.

O diretor do Dieese afirma que o aumento do IOF é uma tentativa de contornar o teto de gastos, que congelou os investimentos sociais. Mas não há qualquer garantia de que esses recursos serão aplicados efetivamente com o programa social que nem sequer foi anunciado. Além disso, destaca que a elevação paulatina da Selic ao longo do ano também acaba consumindo parcela importante da arrecadação do governo federal.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 20 de setembro.